



DILMA PERDE MANDATO

Por 61 votos a 20, o Senado condenou Dilma Rousseff ao impeachment do cargo de presidente da República por crime de responsabilidade. Em votação separada, devido a destaque solicitado pelo PT, foram mantidos seus direitos políticos. Para 42 senadores, eles deveriam ser cassados, mas 36 votaram para que Dilma continue a poder ocupar cargos públicos e 3 se abstiveram. Para inabilitá-la, seriam necessários pelo menos 54 votos. Dilma foi responsabilizada pela edição de três decretos de créditos suplementar sem autorização do Congresso e por atrasos no repasse de subvenções do Plano Safra ao Banco do Brasil, as pendaladas fiscais.

Ela foi a primeira mulher a governar o Brasil e deixa o poder após um ano e oito meses de sua segunda posse na Presidência, em dois mandatos seguidos. Enfrentou um processo de impeachment que teve início em dezembro, na Câmara, e foi marcado pela mais longa sessão realizada pelo Senado: um julgamento de seis dias. **3**



TEMER TOMA POSSE

Reforma da Previdência e teto para os gastos públicos estão entre os desafios do novo presidente da República. Michel Temer tomou posse no Senado pouco depois da votação do impeachment, jurando promover o bem geral do povo brasileiro. Ontem mesmo parlamentares aliados de Dilma anunciaram oposição dura ao governo, que consideram ilegítimo.

Michel Miguel Elias Temer Lulia é o primeiro paulista a ocupar a Presidência em 110 anos. Foi três vezes presidente da Câmara dos Deputados e começou a carreira política como oficial de gabinete na Secretaria de Educação de São Paulo, entre 1964 e 1966. **4 e 5**

Superar a crise ainda é prioridade, afirma Renan **6**

Direitos políticos geram polêmica no julgamento **7**

Lewandowski: ampla defesa foi garantida **6**

Processo no Senado durou mais de 130 dias **8**

Brasil teve dois impeachments em 1955 **6**

A emissão de certificados para o agronegócio, corrigidos pela variação do câmbio, viabilizará cerca de US\$ 30 bilhões em financiamentos para o setor, segundo Kátia Abreu. Medida vai à promulgação

Aprovado título agrícola com variação cambial

O SENADO APROVOU ontem a Medida Provisória 725/2016, que permite a emissão de Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) com correção pela variação cambial de outras moedas. A proposta segue para promulgação.

Kátia Abreu (PMDB-TO), ex-ministra da Agricultura, explicou que a proposta foi uma das últimas medidas provisórias emitidas pela ex-presidente Dilma Rousseff.

Pelo texto, os CRAs, que já existiam, poderão agora ser lastreados em dólar. Com isso, as agroindústrias exportadoras do país poderão tomar financiamento internacional com juros mais baixos.

— É uma condição de financiamento muito moderna. É a primeira vez que o Brasil permite esse lastreamento em dólar. Por isso, vai haver muita entrada de recursos, viabilizando cerca de US\$ 30 bilhões em financiamentos para o agronegócio no país. É um marco importantíssimo para a diversificação de fontes de financiamento para o nosso setor — declarou a senadora.

O CDCA é de emissão exclusiva de cooperativas de produtores rurais e de outras pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. O título é de livre negociação e representa promessa de pagamento em dinheiro no prazo determinado. Já o CRA, também de promessa de pagamento em dinheiro, é de emissão exclusiva das

companhias securitizadoras de direitos creditórios.

Pelo texto, a emissão desses certificados com base na variação cambial terá de ser lastreada integralmente em outros títulos representativos de direito creditório com cláusula de correção na mesma moeda, de acordo com regulamentação do Conselho Monetário Nacional. O CDCA e o CRA também terão de ser negociados exclusivamente com investidores não residentes no Brasil.

Letras de câmbio

Outra iniciativa da MP, cujo relator foi Ronaldo Caiado (DEM-GO), é permitir que bancos de crédito cooperativo usem como lastro na emissão de letras de crédito do agronegócio (LCA) títulos repre-

sentativos de crédito, como o CDCA, relativos a repasses realizados para cooperativas de crédito. Para isso, todos os recursos devem ser destinados a apenas uma operação de crédito rural.

Ambos os títulos devem ter a mesma data de liquidação e indicar vinculação mútua. Os CDCAs devem ser dados em garantia ao banco cooperativo repassador do dinheiro.

A LCA é um título de crédito nominativo, de livre negociação, representativo de promessas de pagamento em dinheiro e de emissão exclusiva de instituições financeiras.

Para o Ministério da Agricultura, o mecanismo poderá ser usado inclusive por cooperativa de produção para fornecer insumos aos cooperados.

(Com Agência Câmara)

Lidas ontem, duas medidas provisórias trancam a pauta

As Medidas Provisórias (MPs) 726/2016 e 727/2016 foram lidas ontem no Plenário. Jorge Viana (PT-AC), que presidiu a sessão, fez a leitura das MPs, que agora trancam a pauta de votações. As duas MPs vencem no dia 8 de setembro, data para a qual está convocada a próxima sessão deliberativa.

A MP 726 faz parte da reforma administrativa do governo Temer. Altera a estrutura da administração pública federal direta e reduz ministérios e órgãos que integravam a Presidência da República. Já a MP 727 cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e as

estruturas governamentais para gerenciá-lo. O PPI é composto por todos os empreendimentos públicos de infraestrutura a serem executados pelo setor privado e busca garantir segurança jurídica aos investidores.

Romero Jucá (PMDB-RR) e o líder do PMDB, Eunício de Oliveira (CE), pediram apoio para que as MPs fossem votadas ainda ontem. No entanto, sem acordo, elas ficaram para depois do feriado da Independência, no dia 7. José Pimentel (CE), líder do PT, lembrou que os líderes acertaram o prazo de duas sessões entre a leitura e a votação de uma MP.

Funcionários temem privatização do setor elétrico

Representantes de funcionários e de empresas de energia debateram ontem a Medida Provisória 735/2016, que altera cinco leis do setor elétrico para diminuir os custos orçamentários da União.

O representante dos funcionários da Celgpar, empresa que controla a Companhia Energética de Goiás (Celg), Wagner Vilela Junior, reclamou que a medida não considera os trabalhadores.

— Eles passaram anos estudando para entrar nessas empresas e, de repente, com o processo de desestatização, eles se veem desempregados.

Ele sugeriu a continuidade do contrato desses trabalhadores após a privatização das empresas e propôs a transferência deles para outras empresas do setor público.

O relator, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), pediu a Vilela que formalize o pedido. Ele alega que não pode determinar como serão as contratações das empresas privadas, porém considera possível a realocação em outros órgãos do governo.

O diretor-executivo do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, é favorável à privatização das estatais. Para ele,

isso possibilitaria diminuir os valores cobrados aos consumidores, melhorar a qualidade dos serviços e poupar os cofres da União de prejuízos, que, segundo ele, são recorrentes.

O vice-presidente da Federação Nacional dos Urbanitários, Nailor Guimarães, se mostrou preocupado com a privatização de empresas que atuam em regiões de grande biodiversidade, como a Amazônia.

— Parte das distribuidoras está na Amazônia. Se forem vendidas a grupos estrangeiros, a biodiversidade ficará à mercê desses grupos.

(Com Agência Câmara)



Ministro Dyogo Oliveira entrega proposta orçamentária de 2017 a Jorge Viana

Congresso começa a analisar projeto do Orçamento de 2017

Com projeções mais otimistas para a economia — como crescimento do produto interno bruto de 1,6%, melhora na arrecadação, queda na inflação e na taxa média do dólar — e incorporação do teto para gastos públicos que vem sendo discutido na Câmara (PEC 241/2016), a proposta orçamentária do Executivo para 2017 começou a tramitar ontem no Congresso, dentro do prazo legal.

O projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) foi recebido oficialmente pelo primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), das mãos do ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, acompanhado dos ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e da Casa Civil, Eliseu Padilha. Viana prometeu atenção especial na análise do projeto.

— Devemos ter uma ação

muito intensa na apreciação da proposta que chega do governo. Obviamente a crise econômica e o confronto político vão se refletir no debate sobre o Orçamento, mas é um momento institucional — enfatizou o senador.

Eduardo Braga (PMDB-AM), relator do Orçamento de 2017, disse que vai trabalhar com o Executivo para elaborar um Orçamento realista, capaz de voltar a atrair investimentos e gerar empregos. O governo pretende intensificar as concessões e as vendas de ativos para reforçar as receitas e reduzir o rombo de R\$ 139 bilhões nas contas federais.

O projeto prevê despesas primárias (sem as transferências constitucionais e legais) de R\$ 1,316 trilhão, das quais 42,7% com aposentados e pensionistas, 12,9% com pessoal ativo e 8,7% com inativos da União.

Avança MP que amplia apoio da União a educação infantil

A comissão mista da Medida Provisória (MP) 729/2016 aprovou ontem o relatório de Cristovam Buarque (PPS-DF) a favor da proposta. O texto segue para votação nos Plenários da Câmara e do Senado.

A MP tem por objetivo ampliar o apoio financeiro da União à oferta de educação infantil nos municípios e no Distrito Federal. O apoio é destinado a expandir o número de matrículas de crianças de até 4 anos pertencentes a famílias beneficiárias do

Programa Bolsa Família.

O relatório preliminar de outra MP foi aprovado ontem pela comissão mista que a analisa. A MP 732/2016, cujo prazo final foi prorrogado para 7 de outubro, limita a 10,54% o reajuste do foro e da taxa de ocupação de imóveis da União para 2016. O valor equivale ao IGP-M acumulado em 2015.

O texto, relatado por Ricardo Ferraço (PSDB-ES), será votado pelos Plenários da Câmara e do Senado.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

CE Liberdade de expressão

10h30 A comissão realiza audiência pública interativa para debater liberdade de expressão na sala de aula.

PLENÁRIO Sessão de discursos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa Diretora.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Por 61 votos a 20, senadores decidiram condenar a presidente por crime de responsabilidade. A questão da perda de direitos políticos por oito anos foi avaliada em separado

Dilma perde mandato, mas mantém elegibilidade

APÓS SEIS DIAS de sessão e mais de 60 horas de trabalho, o Senado decidiu ontem, por 61 votos a 20, condenar Dilma Rousseff pelo crime de responsabilidade e retirar dela o mandato de presidente da República. Em uma segunda votação, foram mantidos seus direitos políticos.

Ela foi responsabilizada pela edição de três decretos de créditos suplementar, sem autorização legislativa, e por atrasos no repasse de subvenções do Plano Safra ao Banco do Brasil, em desacordo a leis orçamentárias e fiscais.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, que presidiu a sessão de julgamento, lavrou a sentença logo após a votação e determinou que Dilma e Michel Temer fossem comunicados da decisão de imediato.

Ontem mesmo, às 16h, Temer tomou posse como presidente da República, no Plenário do Senado (veja nas páginas 4 e 5). Dilma terá até 30 dias para deixar o Palácio da Alvorada, residência oficial do chefe de Estado.

Em uma segunda votação, a ex-presidente obteve a manutenção de seus direitos políticos. Inicialmente, previa-se uma única votação para o impedimento e a perda de direitos políticos, o que a tornaria inabilitada para o exercício de qualquer função pública. No entanto, Lewandowski atendeu pedido de destaque apresentado pela bancada do Partido dos Trabalhadores, o que levou à realização de duas votações. Na segunda delas, 42 senadores votaram pela perda de direitos, 36 pela manutenção e 3 se abstiveram. Para a inabilitação, seria necessária maioria absoluta, ou seja, pelo menos 54 votos.

Julgamento

Iniciada na quinta-feira da semana passada, a sessão de julgamento começou com a arguição de cinco testemunhas e dois informantes, fase realizada em três dias de trabalho.

Na segunda-feira, Dilma apresentou

sua defesa em Plenário e respondeu a perguntas de 48 senadores.

Na manhã de terça-feira, foi a vez da manifestação dos advogados da acusação, Janaina Paschoal e Miguel Reale Júnior, e da defesa, José Eduardo Cardozo. No restante do dia e até a madrugada de ontem, 66 senadores inscritos se manifestaram da tribuna.

Votação final

Ontem, último dia da sessão, Lewandowski fez uma síntese de seu relatório, com os fundamentos do processo. A votação — sobre se Dilma deveria ser condenada por crime de responsabilidade e perder o mandato — foi

encaminhada por Ana Amélia (PP-RS) e Ronaldo Caiado (DEM-GO), favoráveis ao impeachment, e por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Humberto Costa (PT-PE), contrários ao afastamento.

Na segunda votação, Kátia Abreu (PMDB-TO), Jorge Viana (PT-AC) e João Capiberibe (PSB-AP) encaminharam pela manutenção dos direitos políticos de Dilma. Ficou a cargo dos senadores pelo PSDB Aloysio Nunes Ferreira (SP), Cássio Cunha Lima (PB) e Aécio Neves (MG) a argumentação contrária.

 Veja a íntegra da sentença:
<http://bit.ly/sentenciaDilma>



Entre senadores Gleisi, Lindbergh e Fátima, Dilma fala no Alvorada após aprovação do impeachment

Ex-presidente inicialmente não quis receber notificação do Senado, diz Gladson Cameli

O senador Gladson Cameli (PP-AC), encarregado, com o senador Vicentinho Alves (PR-TO), de notificar a decisão do Senado de afastar Dilma Rousseff da Presidência, informou que ela não quis receber os parlamentares.

— Estavávamos ali apenas para cumprir uma determinação regimental. Mas ela enviou o ex-ministro Jaques Wagner para receber o documento. Como isso não era possível, argumentamos com

o ministro e ela acabou decidindo receber apenas o senador Vicentinho e assinou a notificação — explicou Gladson.

Gladson é o terceiro-secretário da Mesa do Senado e Vicentinho Alves, o primeiro-secretário.

Após a notificação a Dilma, os dois senadores notificaram o agora presidente da República, Michel Temer, que os recebeu prontamente.

Primeira mulher na Presidência deixa o poder 1 ano e 8 meses após 2ª posse

Com a posse definitiva de Michel Temer na Presidência da República, ontem, Dilma Rousseff deixa de ser governante e tem agora 30 dias para deixar o Palácio da Alvorada. Ela se muda para Porto Alegre, onde mora sua filha. Seu projeto agora é descansar e, em seguida, viajar. Temer também viajou. Ele partiu ontem à noite para Hangzhou, na China, onde participa da Cúpula de Líderes do G-20, que reúne as maiores economias do mundo.

Eleita duas vezes presidente, em 2010 e em 2014, Dilma foi a primeira mulher a governar o Brasil e deixa o poder depois de um processo de impeachment marcado pela mais longa sessão já realizada pelo Senado. Durou de 25 a 31 de agosto, com intervalos apenas para refeições e descanso noturno.

A Presidência foi o primeiro cargo público obtido por Dilma em disputa eleitoral. Antes, atuou na Prefeitura de Porto Alegre, no governo do Rio Grande do Sul, no Ministério de Minas e Energia e na Casa Civil da Presidência da República.

Natural de Belo Horizonte, Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947. É filha de pai búlgaro e mãe brasileira. Iniciou a militância política em 1964, com a derrubada de João Goulart. Ingressou na luta estudantil, militando, entre outros grupos, na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Foi presa, torturada e teve os direitos políticos cassados. Quando o país foi redemocratizado, denunciou as torturas em processos judiciais.

Governo Lula

Em 1993, assumiu a Secretaria de Minas e Energia do Rio Grande do Sul. Em 1998, retornou ao comando da mesma pasta. Em 2002, integrou a equipe que elaborou a proposta de governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Eleito presidente, Lula nomeou-a ministra de Minas e Energia. Ela também assumiu a presidência do Conselho de Administração da Petrobras. Em 2005, passou a chefiar a Casa Civil.

Em 2010, Dilma elegeu-se pelo PT

para a Presidência do país, sendo a primeira mulher a assumir o Planalto.

Em 2013, enfrentou onda de protestos em todo o país, marcados por críticas aos políticos em geral e aos três Poderes.

Em 2014, ganhou sua segunda eleição presidencial. Foi eleita com 54,5 milhões de votos, em momento marcado por declínio do produto interno bruto (PIB), crescimento da inflação e início das investigações que culminaram na Operação Lava Jato, envolvendo a Petrobras, políticos e empreiteiras.

Dilma assumiu o segundo mandato em 1º de janeiro de 2015, enfraquecida por crise econômica aguda e denúncias que atingiam os partidos que a apoiaram. Seus índices de popularidade entraram em declínio e, por todo o país, começaram as manifestações conhecidas como "panelaço", resultando em rejeição maciça a seu governo.

Em dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, deu curso a um dos processos que pediam o impeachment da presidente (veja na página 8).

O voto dos senadores

	■ Perda do mandato	● Perda dos direitos políticos
Acir Gurgacz (PDT-RO)	S	N
Aécio Neves (PSDB-MG)	S	S
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	S	S
Alvaro Dias (PV-PR)	S	S
Ana Amélia (PP-RS)	S	S
Ângela Portela (PT-RR)	N	N
Antonio Anastasia (PSDB-MG)	S	S
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	S	N
Armando Monteiro (PTB-PE)	N	N
Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	S	S
Benedito de Lira (PP-AL)	S	S
Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	S	S
Cidinho Santos (PR-MT)	S	N
Ciro Nogueira (PP-PI)	S	S
Cristovam Buarque (PPS-DF)	S	N
Dalírio Beber (PSDB-SC)	S	S
Dário Berger (PMDB-SC)	S	S
Davi Alcolumbre (DEM-AP)	S	S
Edison Lobão (PMDB-MA)	S	N
Eduardo Amorim (PSC-SE)	S	S
Eduardo Braga (PMDB-AM)	S	N
Eduardo Lopes (PRB-RJ)	S	S
Elmano Férrer (PTB-PI)	N	N
Eunício Oliveira (PMDB-CE)	S	*
Fátima Bezerra (PT-RN)	N	N
Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	S	S
Fernando Collor (PTC-AL)	S	S
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	S	S
Garibaldis Alves Filho (PMDB-RN)	S	S
Gladson Cameli (PP-AC)	S	S
Gleisi Hoffmann (PT-PR)	N	N
Hélio José (PMDB-DF)	S	N
Humberto Costa (PT-PE)	N	N
Ivo Cassol (PP-RO)	S	S
Jader Barbalho (PMDB-PA)	S	N
João Alberto Souza (PMDB-MA)	S	N
João Capiberibe (PSB-AP)	N	N
Jorge Viana (PT-AC)	N	N
José Agripino (DEM-RN)	S	S
José Álvaro (PSDB-SP)	S	S
José Maranhão (PMDB-PB)	S	S
José Medeiros (PSD-MT)	S	S
José Pimentel (PT-CE)	N	N
Kátia Abreu (PMDB-TO)	N	N
Lasier Martins (PDT-RS)	S	S
Lídice da Mata (PSB-BA)	N	N
Lindbergh Farias (PT-RJ)	N	N
Lúcia Vânia (PSB-GO)	S	S
Magno Malta (PR-ES)	S	S
Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	S	*
Marta Suplicy (PMDB-SP)	S	S
Omar Aziz (PSD-AM)	S	S
Otto Alencar (PSD-BA)	N	N
Paulo Bauer (PSDB-SC)	S	S
Paulo Paim (PT-RS)	N	N
Paulo Rocha (PT-PA)	N	N
Pedro Chaves (PSC-MS)	S	S
Raimundo Lira (PMDB-PB)	S	N
Randolfe Rodrigues (Rede-AP)	N	N
Regina Sousa (PT-PI)	N	N
Reguffe (sem partido-DF)	S	S
Renan Calheiros (PMDB-AL)	S	N
Ricardo Ferrão (PSDB-ES)	S	S
Roberto Muniz (PP-BA)	N	N
Roberto Requião (PMDB-PR)	N	N
Roberto Rocha (PSB-MA)	S	N
Romário (PSB-RJ)	S	S
Romero Jucá (PMDB-RR)	S	S
Ronaldo Caiado (DEM-GO)	S	S
Rose de Freitas (PMDB-ES)	S	N
Sérgio Petecão (PSD-AC)	S	S
Simone Tebet (PMDB-MS)	S	S
Tasso Jereissati (PSDB-CE)	S	S
Telmário Mota (PDT-RR)	S	N
Valdir Raupp (PMDB-RO)	S	*
Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	N	N
Vicentinho Alves (PR-TO)	S	S
Waldemir Moka (PMDB-MS)	S	S
Wellington Fagundes (PR-MT)	S	N
Wilder Morais (PP-GO)	S	S
Zeze Perrella (PTB-MG)	S	S

* Abstenção

Mudanças nas regras para aposentadoria e criação de um limite para os gastos públicos são algumas das medidas que o novo governo buscará implementar, enfrentando oposição do PT e críticas por atos tomados ainda na interinidade, como reajustes a funcionários públicos e mudança na meta fiscal

Michel Temer toma posse e tentará aprovar reforma da Previdência

TRÊS HORAS APÓS a aprovação do impeachment de Dilma Rousseff, ontem, Michel Temer foi empossado definitivamente na Presidência da República. Temer foi recebido no Congresso pelos presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, do Senado, Renan Calheiros, e do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski.

Entre as propostas que o governo buscará aprovar agora no

Legislativo, estão a criação de um teto para os gastos públicos e uma reforma da Previdência Social. E, para isso, terá que enfrentar uma dura oposição do PT e de seus aliados, segundo antecipou Lindbergh Farias (PT-RJ). O senador disse que os petistas consideram Temer um presidente "ilegítimo", que assumiu o poder por meio de "uma farsa, um golpe".

A cerimônia de posse teve início às 16h41 no Plenário do Senado

e teve 13 minutos de duração. Temer prestou juramento, em que prometeu "manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro e sustentar a união, integridade e independência do Brasil".

Em seguida, Renan, que preside a Mesa do Congresso, declarou o peemedebista empossado para o período de 31 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

No Plenário do Senado, três horas após a destituição de Dilma, Michel Temer é empossado para presidir o país até 31 de dezembro de 2018. Parlamentares, ministros e magistrados compareceram à solenidade



Genival Nogueira/Agência Senado

Teto para despesas públicas e reajustes são os desafios no Legislativo

Depois de empossado de forma definitiva como novo presidente da República, Michel Temer deverá se dedicar a grandes desafios legislativos. Sua agenda incluirá a criação de um teto para os gastos públicos e a proposta de uma reforma da Previdência Social.

Outros temas importantes para a economia, como a definição de nova meta fiscal, estão sendo debatidos no Congresso desde 12 de maio, quando Temer assumiu como presidente interino devido ao afastamento de Dilma Rousseff.

A iniciar seu governo, Temer prometeu dar prioridade à solução da crise econômica enfrentada pelo país. No primeiro discurso, na tarde do mesmo dia, deixou claro que tal tarefa exigiria sacrifícios da população e medidas de austeridade que deveriam passar pelo crivo do Congresso.

O primeiro embate do governo no Parlamento se deu na votação da nova meta fiscal (PLN 1/2016). Apesar de uma sessão conturbada, senadores e deputados aprovaram a elevação do déficit primário para R\$ 170,5 bilhões. Isso significa que o governo continuará no vermelho, com diferença negativa entre receitas e despesas.

Os aliados do peemedebista alegaram que a nova meta foi feita com parâmetros realistas. Os adversários criticaram, dizendo tratar-se de um "cheque em branco" para o governo remanejar recursos.

Teto de despesas

As propostas enviadas por Temer deverão ser tema de muitos debates no Parlamento. É o caso do teto para o crescimento das despesas públicas para os próximos 20 anos, prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, apresentada em junho.

Apesar de ainda estar trami-

tando na Câmara, a proposta já foi discutida no Senado. A equipe econômica defende que a alta das despesas em um ano seja restrita ao percentual da inflação do ano anterior.

Para Simone Tebet (PMDB-MS), a PEC será aprovada, o que deve levar o governo a recuar da decisão de elevar a carga tributária:

— Acho que esse limite é algo que passa com relativa tranquilidade, uma vez que todos têm interesse, o país, os governadores. Significa que a princípio não vai ter aumento de imposto — opinou a senadora.

Os aliados de Dilma Rousseff, por sua vez, têm criticado a iniciativa. Eles alegam que o limite dos gastos públicos atingiria a parcela mais pobre da população, prejudicando principalmente setores como educação e saúde.

— É melhor cobrar mais impostos dos mais ricos do que aprovar a PEC de limitação de gastos, que vai atingir os mais pobres — afirmou Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Reajustes

O governo também foi alvo de críticas ao não barrar as dezenas de projetos com reajustes salariais parcelados para militares e funcionários públicos. O impacto previsto de R\$ 50 bilhões em quatro anos gerou divergências até mesmo dentro da base aliada.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES), por exemplo, inicialmente foi contra as aprovações em série das proposições e só votou a favor depois de um acordo garantindo que o reajuste dos ministros do Supremo Tribunal Federal (PLC 27/2016) não seria votado. O medo era de um efeito cascata que comprometesse os cofres estaduais e municipais.

— Num período como esse de extraordinário arrocho fiscal, não dá para votar aumentos que

Pauta prioritária

Confira os projetos de interesse do novo governo em andamento ou já aprovados

- **PLN 1/2016** Revisa a meta fiscal para deficit de R\$ 170,5 bilhões. Aprovado pelo Congresso e sancionado por Temer
- **PEC 241/2016** Cria um teto para crescimento das despesas públicas para os próximos 20 anos. Em análise por comissão especial da Câmara dos Deputados
- **PLCs 30, 31, 33, 34/2016 e outros** Concede reajuste para servidores públicos civis e militares da União. Aprovados na Câmara e no Senado
- **PEC 31/2016** Prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2023. Aprovada na Câmara e no Senado, vai à promulgação
- **MP 726/2016** Primeira MP de Temer, faz a reforma ministerial, reduzindo de 32 para 23 o número de ministérios. Teve prazo final prorrogado e tramita em regime de urgência no Senado
- **MP 727/2016** Cria o Programa de Parcerias e Investimento (PPI) para tornar mais ágeis as concessões públicas federais. Foi lida ontem em Plenário
- **MP 728/2016** Recria o Ministério da Cultura para revogar a fusão com o Ministério da Educação. Em análise na Câmara dos Deputados
- **MP 729/2016** Muda regras de transferência de recursos da União para municípios e Distrito Federal para financiar o atendimento da educação infantil. Aprovado parecer na comissão mista
- **MP 730/2016** Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral, no valor de R\$ 150 milhões. Em análise na Câmara dos Deputados
- **MP 731/2016** Extingue cargos em comissão. Em análise na Câmara dos Deputados
- **MP 732/2016** Limita a 10,54% o reajuste do fio e da taxa de ocupação de imóveis da União para o exercício de 2016. Aprovado parecer na comissão mista
- **MP 733/2016** Autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural. Em análise na Câmara dos Deputados
- **MP 734/2016** Destina recursos para as despesas com segurança pública durante as Olimpíadas e Paralimpíadas no Rio de Janeiro. Aguardando parecer do relator na comissão mista
- **MP 735/2016** Retira da Eletrobras a função de gerir recursos de fundos que bancam subsídios nas tarifas de energia. Aguardando parecer do relator na comissão mista
- **MP 736/2016** Abre crédito extraordinário a estados, Distrito Federal e municípios, no valor de R\$ 2,9 bilhões. Em análise na Câmara dos Deputados
- **MP 737/2016** Permite que o policial ou o bombeiro militar da reserva possam atuar na Força Nacional de Segurança Pública. Em análise na comissão mista
- **MP 738/2016** Abre crédito extraordinário de quase R\$ 1,2 bi. Os recursos serão usados para quitar despesas do lesso com o BNDES. Aguardando parecer do relator
- **MP 739/2016** Prevê a revisão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez que tenham sido concedidos há mais de dois anos. Aguardando parecer do relator na comissão mista
- **MP 740/2016** Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça do Trabalho, no valor de R\$ 353 milhões. Aguardando parecer do relator
- **MP 741/2016** Repassa taxa de administração da Fies do governo para universidades. Em análise na comissão mista
- **MP 742/2016** Flexibiliza horário da Voz do Brasil. Aguardando parecer do relator na comissão mista
- **MP 743/2016** Abre crédito de R\$ 789 milhões para ações de defesa civil no Nordeste. Aguardando parecer do relator na Comissão Mista de Orçamento

podem piorar as contas públicas — argumentou o senador.

Outras frentes de batalha do governo Temer no Congresso dizem respeito às medidas provisórias. Já foram editadas 18. A primeira delas ainda não foi votada pelos parlamentares e causou polêmica.

A MP 726/2016 teve prazo

final prorrogado e tramita em regime de urgência. A proposta trata da reforma ministerial e inicialmente previa a extinção de nove ministérios, entre eles, da Cultura, o que gerou muitas críticas. A repercussão negativa obrigou o presidente a voltar atrás, recriando o ministério por meio da MP 728/2016.

A trajetória política do novo presidente começou em São Paulo

Michel Temer assumiu interinamente a Presidência da República no dia 12 de maio por força da decisão do Senado de dar continuidade ao processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Temer é o primeiro paulista a ocupar a Presidência da República em 110 anos. O último a ocupar o posto foi Rodrigues Alves, de 1902 a 1906.

Natural de Tietê, a 121 quilômetros da capital, Michel

Miguel Elias Temer Lulia nasceu em 23 de setembro de 1940 e é o caçula de oito irmãos de uma família de origem libanesa.

Na Universidade de São Paulo (USP), optou pelo direito e construiu uma carreira dedicada às ciências jurídicas, que inclui um doutorado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) e a autoria de vários livros sobre direito constitucional.

A carreira política foi iniciada como oficial de gabinete do secretário de Educação de São Paulo, Atílio Nogueira, entre 1964 e 1966. Em 1970, tornou-se procurador do estado, chegando a procurador-geral em 1983.

Michel Temer se filiou ao PMDB em 1981. De 1987 a 1991, foi deputado constituinte e, depois, reeleito deputado federal por mais cinco mandatos.

Licenciou-se do cargo somente para reassumir a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e, depois, a Secretaria de Governo.

Foi três vezes presidente da Câmara dos Deputados. Nessa condição, assumiu a Presidência da República interinamente por duas vezes: em janeiro de 1998 e em junho de 1999, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

De 2001 a 2010, presidiu o PMDB, cargo do qual se licenciou em 2011, para assumir como vice de Dilma Rousseff.

Aliados de Dilma prometem fazer oposição ao Planalto

Depois da confirmação do impeachment, os aliados de Dilma prometeram uma dura oposição ao governo de Michel Temer.

Segundo Lindbergh Farias (PT-RJ), o PT fará uma oposição dura a Temer por considerá-lo "ilegítimo". O senador disse temer medidas que retirem direitos sociais dos trabalhadores. O PT, afirmou, vai fazer uma reflexão sobre o período em que ocupou o governo e vai ficar claro, para a população, as conquistas sociais e econômicas dos governos petistas.

— Vamos chegar com um discurso muito forte em 2018. Acho que, nesse processo de resistência, o PT se reencontrou com as ruas — declarou.

Para o advogado de defesa, José Eduardo Cardozo, o PT é um partido com uma "trajetória importantíssima para o país" e deve fazer uma reflexão agora. Ele disse que é injusta a tentativa de generalizações em relação ao PT e lembrou que o presidente Temer não pode contar com base muito ampla no Congresso.

Para o advogado de defesa, José Eduardo Cardozo, o PT é um partido com uma "trajetória importantíssima para o país" e deve fazer uma reflexão agora. Ele disse que é injusta a tentativa de generalizações em relação ao PT e lembrou que o presidente Temer não pode contar com base muito ampla no Congresso.

— Hoje é uma em que a democracia brasileira está de luto — lamentou Cardozo.

Para Kátia Abreu (PMDB-TO), a decisão contra Dilma foi injusta. Ela anunciou que vai votar as propostas do governo Temer de forma independente, analisando aquilo "que for bom para o país". A senadora afirmou ter dúvidas sobre a unidade da base do novo governo e disse não temer retaliação pelo PMDB.

Lídice da Mata (PSB-BA) lamentou que o Senado tenha se transformado em "colégio eleitoral" e afirmou que pretende trabalhar para alterar a Lei do Impeachment. Um dos principais críticos do processo de impeachment, Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que a sociedade deve dar total apoio à continuidade da Lava Jato.

Para apoiadores de Temer, Brasil tem uma "nova chance"

Após a efetivação do presidente Michel Temer no cargo, senadores da base parlamentar do governo comemoraram a conclusão do processo de impeachment como "uma nova chance" para o Brasil promover reformas e recuperar a economia.

Para o líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), Temer terá a missão de "reconciliar" as forças políticas após os confrontos do impeachment, enquanto o Congresso deverá "pacificar" a população. Ele apontou como prioridades as reformas e o combate ao desemprego.

— Queremos ajudar a fazer as reformas que o país precisa: política, tributária, previdenciária. E, fundamentalmente, fazer com que a economia renasça.

— Os 61 votos [pelo impeachment] mostram que o Senado tomou a decisão correta, de separar o resto da sentença a pena da inabilitação para cargos públicos.

— A segunda votação foi um grande "acordão" entre o PT e o PMDB. Vamos analisar e ver até que ponto este governo vai ter independência — afirmou.

Aécio Neves (PSDB-MG) celebrou o resultado como afirmação de que "a lei é para todos" e disse que é hora de "virar a página". Ele alertou para a gravidade da situação da economia que o novo governo precisará enfrentar.

Na análise de Romero Jucá (PMDB-RR), o Senado foi capaz de "tirar o Brasil a limpo".

— Apesar do discurso de união, uma divergência já surgiu entre os partidos da base aliada: a manutenção dos direitos políticos da ex-presidente Dilma Rousseff.

— É preciso que o PMDB diga de forma muito clara qual é o nível do seu compromisso com a agenda de reformas.

O líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB), analisou com estranhamento a manutenção da habilitação pública de Dilma, mas avaliou que as decisões do Plenário são irrecorribles e que eventuais recursos não devem prosperar.

Eunício minimizou o fato e disse que o importante é que a grande maioria dos senadores optou por efetivar Temer. Com isso, garantiu, há estabilidade política para o governo.



Bancada de apoio a Dilma observa painel do Plenário com o resultado da votação



Senadores aliados de Temer conversam durante sessão de votação do impeachment

Agenda contra a crise será mantida, garante Renan

Presidente do Senado pediu aos parlamentares empenho para atualizar a Lei do Impeachment, que, segundo ele, é “desestabilizadora”

EM PRONUNCIAMENTO ANTES da votação do impeachment de Dilma Rousseff, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que respeitaria o resultado “fosse qual fosse” e continuaria engajado numa agenda de superação da crise econômica.

Ele disse que sua posição é uma consequência natural de um processo conduzido em todas as suas fases por ritos “com o DNA da Constituição”. Renan aproveitou o momento para conamar todos os políticos e o Congresso Nacional a fazer um esforço de atualização da lei que rege os processos de impeachment (Lei 1.079/1950).

— Concordo plenamente com a manifestação feita pelo senador Fernando Collor. Essa é uma lei intrinsecamente desestabilizadora, todos os presidentes recentes passaram por processos. E a vítima maior é a sociedade brasileira.

O presidente avaliou que a democracia é o melhor regime político não por ser “infalível”, mas pela capacidade de corrigir imperfeições sob o mando do “único soberano, o povo”.



Para Renan, a democracia é o melhor regime político, apesar das imperfeições

— Podemos estar cometendo um erro, seja qual for o resultado. Mas esta é a grandeza da democracia: se errarmos, a democracia se corrigirá e o povo nos corrigirá — ressaltou.

Para ele, a democracia é falha por ser humana, mas é “sublime” por se aceitar imperfeita.

— Um dia a história nos julgará e nossa única certeza

será que não nos omitimos.

Renan disse também que, apesar de alguns excessos, o processo foi fruto de uma “política no mais alto nível, feita às claras, com o calor dos debates, em posições antagônicas e apaixonadas”. Ele aproveitou para pedir desculpas ao país por qualquer atitude mais “contundente ou passional” que tenha tomado.

Dois presidentes do Brasil sofreram impeachment em 1955

Com o impeachment de Dilma Rousseff, a história do Brasil passa a ter quatro presidentes da República retirados do cargo por decisão do Congresso. O caso mais famoso é o de Fernando Collor, que sofreu impeachment em 1992. Bem menos conhecidas são as duas primeiras destituições, ocorridas em 1955, quando a Câmara e o Senado votaram pelo impedimento de Carlos Luz e Café Filho.

Quando as urnas deram a

vitória a JK, em 1956, quem governava o país era Café Filho, vice e sucessor de Vargas. Os políticos da UDN e os militares, que eram mais conservadores, não aceitaram o resultado eleitoral e se articularam para dar um golpe de Estado que impedissem a posse de JK, que pertencia ao PSD.

Em novembro de 1955, Café Filho se licenciou do cargo sob a alegação de que precisava se tratar de um mal cardíaco e transferiu o poder

interinamente para Carlos Luz, presidente da Câmara. O golpe militar que Luz estava prestes a dar acabou sendo abortado por uma reação armada comandada pelo general Henrique Lott, da ala legalista do Exército. Em 11 de novembro, em sessões tumultuadas, a Câmara e o Senado aprovaram o impedimento de Luz — que passou apenas três dias como presidente.

A Presidência foi transferida para Nereu Ramos, que

comandava o Senado e era o terceiro na linha sucessória. Lott, então, mandou que tanques de guerra cercassem a casa do presidente licenciado, em Copacabana, para que ele não chegassem ao Palácio do Catete. Os deputados aprovaram o impedimento de Café em 21 de novembro. Os senadores confirmaram a decisão da manhã no dia 22.

Para impedir novas tentativas de golpe, Nereu Ramos governou sob estado de sítio

pelos dois meses seguintes, até entregar a faixa a JK, em 31 de janeiro de 1956.

— Para que os dois presidentes fossem impedidos, a Constituição precisou ser rasgada algumas vezes. Não fosse isso, JK não teria assumido — explica Wagner William, autor da biografia de Lott, *O Soldado Absoluto*.

 Leia reportagem especial da sessão Arquivo 5 sobre o tema: <http://bit.ly/ArquivoS2015nov>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iaccatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Lewandowski ressalta ampla defesa assegurada a Dilma

Na reabertura da sessão ontem, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, considerou como indicativo da ampla defesa proporcionada a Dilma Rousseff o tempo do depoimento dela na segunda-feira — 11 horas e 35 minutos.

Ele observou que a Dilma respondeu, sem limite de tempo, às perguntas de 48 senadores.

A afirmação foi feita no resumo do relatório sobre o processo de impeachment. O processo, segundo o ministro, contém 27,4 mil páginas e compreende 72 volumes. Na fase de julgamento, iniciada no dia 25, após resolver 18 questões de ordem, foram colhidos depoimentos de um informante e uma testemunha de acusação e de três testemunhas e dois informantes arrolados pela defesa.

Lewandowski lembrou que a Comissão do Impeachment

aprovou, em 2 de agosto, o relatório pelo prosseguimento do processo apresentado pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). Em 9 de agosto, o Senado aprovou o parecer e pronunciou a presidente pela prática de crimes de responsabilidade.

No dia seguinte, recordou, foi apresentado o libelo acusatório imputando à presidente a abertura de créditos suplementares sem autorização do Congresso e a realização de operações de crédito com instituição financeira controlada pela União.

No relatório, Lewandowski lembrou que a defesa refutou as imputações, argumentando que não houve abertura de crédito suplementar sem autorização legislativa e que o atraso no pagamento a banco oficial relativo ao Plano Safra não pode ser classificado como operação de crédito.



Lewandowski, que presidiu a sessão de julgamento, lê relatório do processo

Jornal do senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Manutenção de direitos políticos gera polêmica

Votação do julgamento de Dilma foi dividida em duas partes, uma sobre a perda do cargo, aprovada, e outra sobre a inabilitação para funções públicas, que foi rejeitada

A SENTENÇA PELO afastamento definitivo de Dilma Rousseff da Presidência da República ocorreu por volta de 13h30 de ontem, mais de duas horas depois da abertura dos trabalhos. Antes, a maior parte do tempo foi dedicada à discussão de pedido, aceito pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, para que o texto do quesito a ser votado fosse fatiado em duas partes.

A questão que inicialmente seria respondida pelos senadores, segundo o roteiro definido em acordo com os líderes partidários, objetivava saber se Dilma havia cometido os crimes que lhe eram atribuídos e deveria “ser condenada à perda do seu cargo, ficando, em consequência, inabilitada para o exercício de qualquer função pública pelo prazo de oito anos”. Com o fatiamento, a questão da inabilitação para função pública passou a ser um quesito autônomo, a ser decidido à parte. Para garantir essa cisão, a bancada do PT entrou com requerimento de destaque para votação em separado desse trecho.

Para os aliados de Dilma, o que estava em questão era assegurar o “direito parlamentar subjetivo” ao destaque, previsto no processo legislativo. Foi o que argumentou Randolfe Rodrigues (Rede-AP), primeiro a levantar a tese. Ainda segundo Randolfe, aquela era uma decisão a ser arbitrada

nos termos do Regimento do Senado.

— Todo senador ou senadora tem o direito de votar, separadamente, individualmente, cada parte de uma resolução a ser proferida. E o que nós estamos tratando é uma resolução — defendeu.

Em reforço, ele afirmou que no processo de impeachment de 1992, do então presidente Fernando Collor, hoje senador pelo PTC de Alagoas, o julgamento da inabilitação foi feito em separado, resultando na publicação de uma resolução do Senado. Randolfe também sustentou que a Lei 1.079/1950, que rege o processo de impeachment, prevê que o julgamento sobre a inabilitação ocorra à parte do julgamento sobre a perda do cargo.

Passado

Ao contrariar, o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), argumentou que o pedido estava “precluso”, ou seja, já havia passado o tempo para a discussão sobre a forma do quesito, que, a seu ver, deveria

ter ocorrido durante a elaboração do roteiro da sessão de julgamento.

Também disse não haver dúvida, a partir da leitura do artigo 52, da Constituição, que a condenação à perda do cargo leva à inabilitação para função pública por oito anos.

— Estamos aqui para preservar e respeitar a Constituição. E, mesmo que escapássemos



Kátia Abreu diz que peça de julgamento pode ser submetida ao Regimento e lembra destaque a relatório de Anastasia

desse comando, o que não é possível, Dilma Rousseff estaria enquadrada na Lei da Ficha Limpa, que torna inelegíveis políticos cassados — disse.

Lewandowski observou a diferença entre o previsto na Constituição, que é a inabilitação para qualquer cargo público, mesmo os de nomeação, e na Lei da Ficha Limpa, que é apenas a inelegibilidade.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou que os senadores estavam ali na condição de juízes, para proferir uma sentença, e não para uma decisão sobre as habituais matérias legislativas e regimentais. Por isso, na sua visão, não seria possível a aceitação do destaque da bancada petista.

Também argumentou que a Constituição veio depois da Lei do Impeachment, a ela se impondo. Disse ainda que manter a possibilidade de a ex-presidente exercer funções públicas corresponde a pedir que o Senado seja “condescendente e complacente” ao deixar de aplicar a pena prevista para o crime de responsabilidade.

— A Constituição, que prevê a inabilitação, não pode ser reformada por uma votação no Senado. Um dos princípios fundamentais da Carta Magna é que todos são iguais perante a lei — afirmou Aloysio.

Kátia Abreu (PMDB-TO) respondeu lembrando que o relatório de Antonio Anastasia (PSDB-MG), favorável ao impeachment, recebeu quatro destaque. Ou seja, mesmo sendo peça do julgamento, pode ser modificado por esse instrumento do processo legislativo.

Também em defesa de Dilma, João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que o voto pela manutenção dos direitos políticos de

Dilma permitiria a abertura de uma vereda para conciliação e pacto”.

Riscos

Lewandowski reconheceu que o tema não era “pacífico”, admitindo visões diferentes. Confrontou todo o conjunto de disposições legais e acabou admitindo o pedido de destaque.

Ressaltou que, do ponto de vista da Constituição, ele tem posição, mas que ali sua atuação não era a de membro de corte constitucional.

Alegou ainda que aplicava o regimento para impedir que o julgamento fosse interrompido por eventual mandado de segurança impetrado pela defesa da presidente Dilma ou por partido político, que poderiam ir ao Supremo e alegar que haviam sido cortados “direitos subjetivos” relativos à prerrogativa de apresentação de destaque.

— Eu não quero correr esse risco e tenho certeza de que Vossas Excelências também não querem — finalizou.

José Maranhão critica destaque

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), José Maranhão (PMDB-PB), divulgou nota ontem, na qual critica a decisão de dividir a votação do impeachment. O Plenário do Senado determinou a perda de mandato de Dilma Rousseff, por 61 a 20, mas manteve sua habilitação para ocupar cargo público, apesar do resultado de 42 a 36, já que não foram alcançados os dois terços necessários (54). Leia a íntegra da nota:

“Como presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, lamento a decisão tomada em Plenário nesta quarta-feira, de alterar uma disposição constitucional por meio de um voto de destaque. A Constituição federal deve ser preservada sob todos os aspectos e creio ser inadmissível, sob a ordem jurídica vigente, retirar da Carta Magna o artigo que determina explicitamente, nos casos de impeachment, decidido por dois terços dos votos do Senado, a “perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis”. Acredito que o Supremo Tribunal Federal, como guardião da nossa Constituição, vai derrubar essa mudança. O processo de reforma constitucional, de maneira clara e inofensiva na própria Constituição, só admite qualquer alteração mediante aprovação de 3/5 dos parlamentares, nas duas casas do Congresso Nacional. Inexiste exceção a essa regra. Hoje a reforma da Constituição se fez mediante um mero destaque. Um absurdo.”

Collor questiona interpretação diferente feita em 1992

Segundo Fernando Collor (PTC-AL), a possibilidade de Dilma Rousseff preservar seus direitos políticos, podendo ocupar funções públicas e concorrer a cargos eletivos, foi a aplicação de “dois pesos e duas medidas”. Collor traçou um paralelo entre o processo por crime de responsabilidade a que Dilma se submeteu até ontem e o enfrentado por ele como presidente em 1992.

O senador lembrou que encaminhou sua renúncia ao mandato de presidente

da República logo no início de seu julgamento, presidido pelo então presidente do STF, Sidney Sanches, em dezembro de 1992. Sua intenção era preservar seus direitos políticos.

No entendimento de Collor, o fato deveria ter levado ao imediato cancelamento daquela sessão de julgamento, já que não existia mais presidente a julgar.

— O processo tinha perdido o objeto — ressaltou.

No entanto, o julgamento prosseguiu e Collor ficou ina-

bilitado para exercer função pública por oito anos.

— Isso foi considerado uma violência, uma atitude fora dos parâmetros mais abrangentes em que se queira interpretar a letra da Constituição — desabafou.

João Goulart

Já Lindbergh Farias (PT-RJ) lembrou outra perda de mandato, a cassação do ex-presidente João Goulart, em 1964. Sobre o impeachment de Dilma, ele reproduziu a frase dita pelo então senador Tancredo Neves aos parlamentares que alegaram que Goulart havia fugido do país (o que não aconteceu) para declarar vaga a Presidência: “Canalhas! Canalhas! Canalhas!”

Aécio Neves (PSDB-MG), neto de Tancredo, condenou a fala de Lindbergh. Criticando a manutenção dos direitos políticos de Dilma, Aécio disse que Tancredo “manifestaria a mesma indignação, mas contra aqueles que violaram a Constituição para um projeto de eternização no poder”.



Collor critica uso de novo padrão de julgamento diante da mesma Constituição

O processo tramitou mais de 130 dias no Senado, reunindo cerca de 27 mil páginas. Apenas na comissão especial foram 101 dias de trabalho, com sessões de até 14 horas

Passo a passo, a cronologia do impeachment

ATÉ CHEGAR AO encerramento, o processo de impeachment de Dilma Rousseff tramitou mais de 130 dias no Senado e reuniu mais de 27 mil páginas, quase dez vezes mais do que as do primeiro processo de impedimento com esse rito, em 1992, contra o então presidente, Fernando Collor de Melo.

A sessão de julgamento — terceira e última fase do processo — transcorreu sob rito definido pelo Senado e pelo Supremo Tribunal Federal (STF), fundado na Lei do Impeachment, no Regimento Interno do Senado e no Código de Processo Civil, e decidiu pela cassação do mandato de Dilma Rousseff. Os senadores avaliaram que ela cometeu crime de responsabilidade ao editar decretos de crédito suplementar sem autorização do Congresso e atrasar repasses do Plano Safra ao Banco do Brasil.

Denúncia

A Denúncia 1/2016 teve início na autorização da Câmara para que o Senado instaurasse o processo, aprovada em 17 de abril. Os deputados decidiram por 367 votos a favor e 137 contra dar continuidade ao pedido de impeachment apresentado pelos juristas Hélio Bicudo, Janaina Paschoal e Miguel Reale Júnior em outubro de 2015 e acatado pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em dezembro daquele ano.

A autorização da Câmara para a abertura do processo chegou ao Senado no dia seguinte ao da aprovação pelos deputados, 18 de abril. Ao receber a decisão dos deputados, o presidente do Senado, Renan Calheiros, garantiu o cumprimento do rito legalmente estabelecido para que o processo pudesse prosseguir.

— É papel do Senado instaurar o processo, admiti-lo ou não e julgar. Pretendemos fazer isso com absoluta isenção e total neutralidade. Não poderemos agilizar de tal forma que pareça atropelo ou delongar de tal forma que pareça procrastinação. Garantiremos o processo legal, o prazo de defesa e o contraditório — assegurou Renan na ocasião.

Admissibilidade

Por determinação do presidente, os líderes partidários indicaram representantes para a Comissão Especial do Impeachment, que passou a analisar a matéria. Os 21 membros titulares e 21 suplentes foram eleitos pelo Plenário do Senado em 25 de abril.



Antônio Anastasia e Raimundo Lira: relator e presidente da comissão especial

por votação simbólica, confirmando os nomes indicados pelas bancadas partidárias na semana anterior.

Após a instalação, em 26 de abril, a primeira tarefa da comissão especial foi analisar a documentação e decidir se o pedido de impeachment deveria prosseguir no Senado, iniciando a fase da admissibilidade do processo.

Embate

Os senadores Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Kátia Abreu (PMDB-TO), Lindbergh Faria (PT-RJ), Humberto Costa (PT-PE), Telmário Mota (PDT-RR), Fátima Bezerra (PT-RN) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentaram voto em separado na comissão, contrário ao parecer do relator e pedindo “o sepultamento definitivo” do processo.

Para eles, o relator não conseguiu, em seu relatório, apresentar prova de que a presidente afastada tenha cometido crime.

Durante os 101 dias de trabalho, a Comissão Especial do Impeachment realizou 31 reuniões, a mais longa delas com mais de 14 horas de duração. Foram ouvidas 44 testemunhas, 38 delas da defesa, e analisados 135 requerimentos e 173 documentos, entre eles os laudos periciais da acusação, da defesa e da junta designada pela comissão, além das alegações finais dos denunciantes e da acusada.

A decisão do Senado pela admissibilidade do pedido de impeachment aconteceu seis dias após a votação na comissão especial, na madrugada do dia 12 de maio.

A sessão, iniciada no dia 11, durou 20 horas e 34 minutos e, ao final, o Plenário aprovou o relatório da comissão especial, por 55 votos a 22, resultando no afastamento da presidente Dilma Rousseff por 180 dias, a partir daquela data.

A comunicação do resultado foi feita no mesmo dia pelo primeiro-secretário do Senado, senador Vicentinho Alves (PR-TO), e o vice-presidente Michel Temer assumiu como presidente interino.

Aprovada a admissibilidade, em 23 de maio começava a fase da pronúncia, ainda na Comissão Especial do Impeachment.

Participação do STF

Ao longo da análise da pronúncia, 18 recursos foram encaminhados e decididos pelo presidente do STF, Ricardo Lewandowski. Ao final, o processo contabilizou, na comissão, mais de 13 mil páginas em 33 volumes.

A fase de pronúncia foi concluída no Plenário, no dia 10 de agosto, em sessão que durou cerca de 17 horas, em que 47 senadores discursaram. Foi aprovado o parecer da comissão especial. Por 59 votos a 21, os senadores decidiram levar Dilma a julgamento por crimes de responsabilidade.

O caminho do processo no Senado

O rito foi definido a partir da Constituição, da Lei do Impeachment, do Regimento Interno e do processo do impeachment do ex-presidente Fernando Collor, em 1992

